DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 2521/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/21234/2017
PROTOCOLO	: 1849999
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: PEDRO ARLEI CARAVINA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 28/2017
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 44/2017
OBJETO DA LICITAÇÃO	: FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA E SERVIÇO EM RADIADOR, AR E CLIMATIZADOR AUTOMOTIVO EM GERAL.
EMPRESAS ADJUDICADAS	: CLÁUDIO PESO ME E OUTRAS
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 44/2017 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 28/2017, dele decorrente (1ª fase), realizado pela Prefeitura Municipal de Bataguassu/MS, nos termos do art. 120, I, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de janeiro de 2013, constando como ordenador de despesas o Sr. Pedro Arlei Caravina, prefeito municipal.

Conforme o edital, o objeto da licitação refere-se a registro de preços para futura prestação de serviços de mecânica, funilaria, pintura e serviço em radiador, ar e climatizador automotivo em geral.

Foram homologadas as empresas: Cláudio Peso ME, com valor total de R$ 410.337,35 (quatrocentos e dez mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos); Herói Com. Imp. e Dist. de Auto Peças Ltda Me, com valor total de R$ 792.007,70 (setecentos e noventa e dois mil, sete reais e setenta centavos); e Franquis L. O. Affonso-Me, com valor total de R$ 208.620,60 (duzentos e oito mil, seiscentos e vinte reais e sessenta centavos).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE), por meio de sua Análise ANA-4ICE-66077/2017, manifestou-se pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da ata de registro de preços dele decorrente.

O Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR-4ªPRC-4039/2018, opinando no mesmo sentido.

DA DECISÃO

A documentação necessária à instrução processual, referente ao procedimento licitatório, apresentou-se completa e foi enviada a este Tribunal tempestivamente, de acordo com o estabelecido na Resolução TC/MS n. 54, de 14 de dezembro de 2016.

Os procedimentos para a realização do processo licitatório, inclusive a publicação, atenderam às normas legais pertinentes, quais sejam, Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1993, demonstrando a regularidade dos procedimentos adotados pelo ordenador de despesas.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer Ministerial, nos termos do art. 4º, III, "b", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n. 44/2017 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 28/2017, dele decorrente (1ª fase), realizado pela Prefeitura Municipal de Bataguassu/MS, de responsabilidade do Sr. Pedro Arlei Caravina, prefeito municipal, com fundamento no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160 de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, I, "a", do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS;

Campo Grande/MS, 19 de março de 2018.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

lmrb